



ALICENEWS.CES.UC.PT

INSURGENT AND INTERCULTURAL CONTENT IN ENGLISH, PORTUGUÉS Y ESPAÑOL

#51

2023-05-17

ISSN 2795-515X

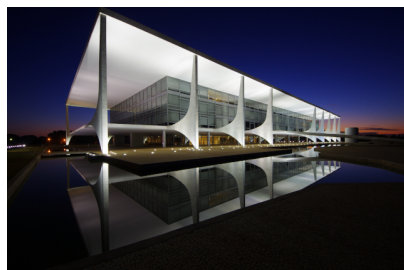


pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

População Afroperuana: lutas históricas e educação AN Original

Este texto apresenta algumas considerações sobre os discursos de membros da comunidade académica de uma universidade pública de Lima - Peru, sobre a produção de conhecimento sobre de raça e (anti)racismo, em(...)

Por Marcos Antonio Batista da Silva



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Esperança e participação anunciam a retomada do processo democrático no Brasil AN Original

Ventos de democracia voltam a soprar no Brasil a partir das eleições presidenciais realizada em dois turnos, nos dias 2 e 30 de outubro de 2022. Na ocasião, foram eleitos o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o(...)

Por Martha Marandino, Isabel Martins, Andreia Guerra



es Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

La paridad más allá de la paridad AN Original

La paridad de género es un dispositivo político-institucional. Expresa una conquista de derechos de las mujeres en el ámbito de la participación política. Es también un valioso resultado (al menos numérico) en(...)

Por José Luis Exeni

[en](#)[Reflection](#)[Anti-Capitalism](#)[Anti-Colonialism](#)[Anti-Heteropatriarchy](#)

New populist dynamics: Is political polarisation emerging in Finland?

AN Original - UNPOP Series

Is it possible that a consensual democracy would polarise and how would that happen? In spring 2023, I was answering lots of calls from the international media, what is happening with Sanna Marin - will she lose power(...)

By Emilia Palonen



Facebook



Twitter



YouTube



RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

População Afroperuana: lutas históricas e educação

AN Original

2023-05-17

Por Marcos Antonio Batista da Silva

Este texto apresenta algumas considerações sobre os discursos de membros da comunidade acadêmica de uma universidade pública de Lima - Peru, sobre a produção de conhecimento sobre de raça e (anti)racismo, em diálogo com a culturas acadêmicas e curriculares na sociedade peruana desenvolvidas no âmbito do projeto POLITICS. O Peru é um dos países com maior diversidade cultural da América-Latina, essa variedade remonta a distantes tempos “pré-hispânicos”, tem a ver com a extensão e variedade geográfica do território, assim como de diferentes populações, entre elas, os povos indígenas, espanhóis, afroperuanos/africanos, chineses, japoneses, entre outros, como tem discutido Sandoval et al., (2014).

No ano de 2017, a introdução de uma pergunta de autoidentificação étnica no Censo Nacional do Peru, organizado pelo *Instituto Nacional de Estadística e Informática - INEI*, é tida como um possível avanço no sentido de desvelar as desigualdades históricas. Os dados do último Censo peruano organizado pelo *INEI*, considerando, 23 milhões 196 mil 391 habitantes com 12 anos ou mais, mostra que os afroperuanos representam 3,6% desta população. Quando o assunto é a educação, o Censo mostra que do total de 772 mil 332 pessoas que se autoidentificaram como afroperuanas com 15 anos ou mais de acordo com o nível de escolaridade, 355 mil 259 declararam ter concluído o ensino secundário (46,0%), 194 mil 921 indicaram ter o ensino primário (25,2 %); Afirmaram que 181.223 pessoas tinham ensino superior: 92.453 não universitários (12,0%) e 88.770 universitários (11,5%); por fim, 37 mil 709 (4,9%) afirmaram não ter nenhum nível de escolaridade e 1 mil 976 (0,3%) tiveram estudo inicial. Além disso, foram encontradas 1.244 pessoas (0,2%) afro-peruanas

que indicaram ter estudado educação básica especial ([INEI, 2018](#)). O que sugere que o acesso à educação dos afroperuanos no Peru é preocupante.

O estudo de [Silva e Coelho \(2021\)](#) mostra que a população afroperuana permanece invisibilizada na maioria dos estudos acadêmicos acerca do debate do racismo na sociedade peruana. Mesmo considerando, que a população afroperuana tem uma luta histórica por visibilidade política, e acerca da produção de conhecimento sobre raça e racismo. Para estes autores, a produção do conhecimento é um campo em disputa na sociedade peruana, onde a universidade, ao reproduzir uma educação ocidentalizada, perpetua a hierarquização do saber. Também deve-se levar em conta que a produção teórica e histórica não tem refletido sobre a centralidade da escravidão racial no Peru para entender a conformação racial e o racismo na atualidade.

As análises mais recorrentes se detêm a debater a situação do mestiço ou do “cholo”, e as ambiguidades na relação com as formas contemporâneas de racismo no Peru em relação aos povos indígenas. A população “chola” foi uma das principais protagonista e agente do processo de mudança no Peru após a Segunda Guerra Mundial, formando um novo contingente de assalariados urbanos, criando movimentos sindicais, povoando o sistema educacional e os bairros periféricos peruanos e, que passaram a representar a experiência social, cultural e simbólica central da última metade do século XX peruano, como discute [Anibal Quijano](#).

Embora não seja possível afirmar, porque não tivemos acesso aos dados da população afroperuana distribuída por universidades entre públicas e privadas, poderíamos “supor” que uma grande parte dos estudantes afroperuanos estudam em instituições privadas. De um lado, há de se considerar a distribuição territorial que pode “sugerir” a relação da população afroperuana e o acesso à universidade. De outro, notamos a escassez de políticas públicas, sociais (espaços onde vivem os afroperuanos), económicas (acesso a emprego), segurança (nível de criminalização da juventude), e educacionais, entre outras, derivadas de desigualdades sociais e ao racismo estrutural. “[...]. As manifestações do racismo são múltiplas. Onde povos racializados (negros, afroperuanos, indígenas) são grupos mais empobrecidos, explorados e vulneráveis. O desemprego ou a carência de serviços de educação ou saúde os atingem com muito mais força”. Além disso, são discriminados nas instâncias de participação política e no exercício da democracia. [...]. O racismo é, inclusive, um problema de caráter ambiental, pois não se respeitam os ecossistemas e territórios onde habitam povos e nacionalidades indígenas ou comunidades negras”, como tem discutido [Alberto Acosta \(2016,p.16-147\)](#).

Ao retomarmos ao campo educacional, observamos que nas instituições de ensino, por exemplo, desde os níveis iniciais, outros fatores se somam ao legado da origem (raça), influenciando contra a mobilidade educacional dos alunos afroperuanos (discriminação, racismo). Muitas vezes, o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades e não a contrapor-las. Essa soma de fatores se constitui em barreiras de acesso para a população afroperuana às universidades. Nesse sentido, ressaltamos iniciativas de países latino-americanos, em especial o Brasil, como decorrência das ações afirmativas, que por meio de

lutas intensas no movimento negro brasileiro, veio consolidar a política de cotas no sistema federal de ensino superior brasileiro. As ações afirmativas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.



Foto: autor, - em destaque Victoria Santa Cruz

Há também uma percentagem muito pequena de académicos afroperuanos, de povos indígenas na sociedade peruana, que por razões estruturais, tem a oportunidade de acessar à educação superior. A presença do racismo, como prática social reiterada, representa barreiras à redução das desigualdades raciais, que só pode ser combatido com a mobilização de esforços de ações específicas. Isto é, políticas públicas educacionais (ação afirmativa) que a médio prazo, possam garantir uma maior equidade de oportunidades, alterando a situação de desigualdade.

Na contemporaneidade, os movimentos sociais e a lutas antirracistas multiplicam-se e fortalecem-se, buscando visibilidade e reconhecimento da história e cultura de grupos racializados, onde a educação se constitui um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo. Deste modo, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade abrindo caminhos para a ampliação da cidadania. Mas esse processo não se limita somente ao campo educacional, é importante um conjunto, de articulação entre processos educativos, políticas públicas, movimentos sociais.

Marcos Antonio Batista da Silva - Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016-COG).

Esperança e participação anunciam a retomada do processo democrático no Brasil

AN Original

2023-05-15

Por Martha Marandino, Isabel Martins, Andreia Guerra

Ventos de democracia voltam a soprar no Brasil a partir das eleições presidenciais realizada em dois turnos, nos dias 2 e 30 de outubro de 2022. Na ocasião, foram eleitos o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin, empossados em 1º de janeiro de 2023, para um mandato de quatro anos. A cerimônia de posse marcou a passagem de um governo autoritário, que durante todo o mandato questionou a legitimidade do processo eleitoral brasileiro, para um governo genuinamente democrático. Junto a isto, o anúncio dos ministérios do novo governo apontou que um caminho de democracia política e social está sendo construído. Depois de quatro anos de destruição da Amazônia e de massacre das populações indígenas e negras, o Brasil terá pela primeira vez um Ministério da Igualdade Social e um dos Povos Indígenas. Além disso, o antigo Ministério do Meio Ambiente passa a ser chamado de Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Foi recriado o Ministério da Cultura e, para o Ministério da Saúde, foi nomeada uma mulher pesquisadora e ex-diretora da FIOCRUZ, rompendo um ciclo de negacionismo científico no governo.



A assunção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se dá após a chamada transição, um período durante o qual devem ser fornecidos dados e informações para auxiliar o novo presidente e sua equipe a implementar sua proposta de governo. A legislação brasileira ([Lei 10609/2002](#)) estabelece princípios para o processo da transição de governo, os quais incluem a colaboração entre o governo eleito e o a ser substituído, a transparência da gestão pública, o planejamento da ação governamental, a continuidade dos serviços prestados à sociedade, a supremacia do interesse público e a boa-fé na executividade dos atos administrativos. Regulamenta, ainda, o tempo que será dedicado aos trabalhos e a definição dos Cargos Especiais de Transição Governamental (CETG). A equipe de transição deve, então, ter acesso a dados como: as contas públicas do Governo Federal; as atividades exercidas pelos órgãos e entidades federais; a estrutura organizacional da Administração Pública; os programas, projetos e ações dos órgãos e entidades governamentais; os temas que requerem adoção de providências, ação ou decisão da administração no primeiro quadrimestre do novo governo, entre outros. No final de 2022, a transição esteve sob responsabilidade do vice-presidente eleito e coordenador da transição de governo, Geraldo Alckmin que, conjuntamente com demais responsáveis, criou [30 grupos técnicos](#) e indicou os nomes dos coordenadores e integrantes de cada um deles.

Desde o ano de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff foi destituída do cargo, a sociedade civil organizada não vinha sendo chamada ou tinha qualquer espaço para manifestar, se opor, propor, discutir e participar da construção de políticas públicas no Brasil. De fato, nos últimos quatro anos, muitos decretos e portarias foram criadas pelo então presidente da República (2018-2022), alterando políticas públicas, que haviam sido estabelecidas, a partir de pressão da sociedade civil por um Brasil mais justo e igualitário. Assim, nesses últimos anos, presenciamos a construção de políticas públicas que romperam com um movimento, mesmo que lento, da sociedade brasileira por políticas inclusivas e de combate às desigualdades sociais, raciais e ecológicas. Em particular, o papel e contribuições da comunidade científica foram recorrentemente ignoradas na implementação de políticas públicas, com sérias consequências para a gestão da saúde pública e das questões ambientais.

Vimos, com muita satisfação, que, já na transição, a forma de organização e dinâmica de trabalho dos grupos técnicos ratificaram princípios de pluralidade, representatividade e integração de diferentes pontos de vista como necessários à análise e proposição de políticas públicas. Para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação foram escolhidos onze nomes. Entre eles, estava o colega Ildeu de Castro Moreira, professor-doutor do departamento de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-Presidente da [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC](#). O professor Ildeu, um dos coordenadores do GT 10 - Ciência Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, mobilizou e reuniu cientistas, educadores e divulgadores ligados à C&T em subgrupos para trabalharem na construção de recomendações que pudessem ser levadas para que fossem construídas ações para os 100 primeiros dias do novo governo.

Com relação ao subgrupo “Educação Científica”, coordenado pelas professoras Isabel Martins (UFRJ), Andreia Guerra (CEFET/RJ) e Martha Marandino (USP), foram mobilizadas lideranças da área de Educação em Ciências de todo o país, diretores e diretoras de sociedades científicas ligadas à educação e professores que, juntos, produziram um documento com recomendações sobre o tema. Este subgrupo após intensas discussões e engajamento propôs a revogação de atos do anterior governo que iam de encontro aos princípios de uma educação pública de qualidade, laica e socialmente referenciada. Além disso, propôs caminhos a serem implementados pelas agências de fomento brasileiras com vistas a contemplar a voz de diferentes atores sociais na proposição e execução de políticas científicas e educacionais mais inclusivas.

A valorização e o estímulo à participação de diversos setores da sociedade na análise, elaboração e implementação de políticas públicas, a exemplo do que ocorreu por ocasião da quarta Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ([4ª CNCTI](#)) em 2010, são práticas democráticas que precisam ser retomadas. Nesta ocasião, registrou-se a participação ativa de diferentes sociedades científicas brasileiras, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a [Academia Brasileira de Ciências \(ABC\)](#), trazendo a voz de cientistas, estudantes, educadores, comunicadores e de movimentos sociais organizados, para a construção de um plano estratégico de longa duração (10 anos) para área de ciência, tecnologia e inovação. Nessa conferência, também se destacou a participação de pesquisadores e educadores, que participam das atividades desenvolvidas no âmbito dos mais de 200 programas de pós-graduação da área de Educação em Ciências no Brasil. Esta comunidade produz conhecimentos relevantes para a formulação de políticas públicas para educação e divulgação científica, o que explica e justifica seu engajamento tanto na 4ª CNCTI em 2010, como em 2022 no período de transição do governo brasileiro então eleito.

O engajamento da comunidade científica no período de transição refletiu o entusiasmo da parcela da sociedade brasileira que considerou o resultado das eleições presidenciais de 31 de outubro de 2022 uma vitória da democracia brasileira. Esse espírito de esperança foi reforçado com a posse do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1.º de janeiro de 2023. O anterior presidente se negou a cumprir uma tradição do ato da posse, que é a entrega da faixa presidencial ao futuro presidente. Apesar desta quebra de protocolo, o cerimonial da posse do presidente manteve a solenidade de passagem de faixa. Porém, como o antigo presidente não estava ali para cumprir esse rito, foram escolhidos seis representantes do povo brasileiro para entregar a faixa ao presidente Lula. Assim, uma cozinheira, um líder indígena, um professor, uma catadora de lixo reciclável, uma pessoa com deficiência física, uma criança e um operário subiram a rampa do Palácio do Planalto para executar a entrega da faixa presidencial.

Nós, brasileiras e brasileiros, começamos o ano de 2023 esperançosos e acreditando que a democracia estava assegurada. Entretanto, os atos de vandalismo registrados em 8 de janeiro, com a invasão e depredação dos prédios públicos do Congresso Nacional, do Superior Tribunal Federal e do Palácio do Planalto, mostram que precisamos continuar lutando para que as instituições brasileiras possam estar fortalecidas para conter arroubos autoritários e ditatoriais que insistem em ameaçar nossa democracia. Além disso, nesses três meses de governo já foi possível perceber as tensões entre interesses públicos e privados e entre grupos de orientações políticas e ideológicas distintas em relação à formulação das políticas públicas nas diversas áreas. Neste sentido, recordamos nosso mestre Paulo Freire que, no seu livro *Pedagogia da Tolerância*, nos adverte que a cidadania não é um presente que políticos ou educadores dão ao povo, mas uma construção política e, portanto, diária, coletiva e consciente.

Martha Marandino - Universidade de São Paulo/USP/Brasil

Isabel Martins - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ/Brasil

Andreia Guerra - Centro Federal de Educação Tecnológica de Celso Suckow da Fonseca/CEFET/Brasil



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
dos Estados Americanos
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Vila Real
Instituto de História da Arte
e do Património
Mundial em 2019



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

La paridad más allá de la paridad

AN Original

2023-05-10

Por José Luis Exeni

La paridad de género es un dispositivo político-institucional. Expresa una conquista de derechos de las mujeres en el ámbito de la participación política. Es también un valioso resultado (al menos numérico) en varias partes del mundo. Antes de la paridad hubo cuotas: acciones afirmativas que, en su momento, pese a los límites, significaron un avance respecto a la tradicional exclusión. Ha sido, y continúa siendo, un largo camino sembrado de obstáculos. Y después de la paridad, ¿qué hay?, ¿qué sigue? Estamos ante un horizonte democrático en construcción y en disputa.



Diversos estudios y análisis comparados muestran los avances en la equidad de género y la paridad en el ámbito de la participación política de las mujeres. Ha sido un largo recorrido. Un reciente informe (Oxfam, 2022), titulado *La paridad más allá de la paridad*, propone desde la experiencia boliviana una apuesta radical: que la paridad sea intercultural, que la interculturalidad sea paritaria. Ello implica articular la equivalencia de condiciones y la demodiversidad, principios ineludibles.

Claro que para trascender la paridad se requiere asumir desafíos que abonen un proyecto de transformación política. Un proyecto con igualdad sustantiva en el que converjan las luchas de despatriarcalización y de descolonización. Un proyecto para transformar las relaciones de poder. Nada menos. Ciertamente hay avances, pero las barreras persisten. Las normas, en camino incremental, produjeron resultados. No bastan. Es necesaria una nueva generación de reformas.

Más allá de las reglas, prevalecen obstáculos que limitan el acceso y la permanencia de las mujeres en el campo político. Ahí continúan, impunes, el acoso y la violencia. Pesa también el trabajo de cuidados,

sin corresponsabilidad. Y los prejuicios sobre las mujeres políticas: son sensibles, carecen de experiencia, se pelean entre ellas, en fin, no son “merecedoras”. En el núcleo, teñidos de androcentrismo, están los partidos políticos en clave de muralla. Y en los órganos legislativos, donde las mujeres llegaron para quedarse, la paridad tropieza en su ejercicio.

Claro que celebramos la paridad democrática. ¿Y después? Cuenta el para qué. Importa el después. El camino andado ha sido prolongado y difícil, el camino por venir también. ¿Qué sigue? Ir más allá de la paridad, ocupar nuevos espacios, despejar obstáculos, democratizar las organizaciones políticas, generar condiciones paritarias. Tenemos luchas para rato.

Más allá de la paridad habita una buena idea. O mejor: un horizonte en construcción (y en disputa) llamado democracia paritaria intercultural. Hay que radicalizar la paridad. Es imprescindible radicalizar las democracias.

José Luis Exeni Rodríguez - politólogo boliviano.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
para a Educação
e a Cultura



Universidade de
Coimbra – Área de Gestão
e Inovação na Universidade
e na Sociedade



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

New populist dynamics: Is political polarisation emerging in Finland?

AN Original - UNPOP Series

2023-04-30

By Emilia Palonen

Is it possible that a consensual democracy would polarise and how would that happen? In spring 2023, I was answering lots of calls from the international media, what is happening with Sanna Marin - will she lose power in Finland. This election campaign was most vocal as yet, with memes spreading of the feisty PM Marin confronting her prime contender populist radical-right [Finns Party's Riikka Purra](#). Now I expect to receive questions on the Finns Party, which is negotiating to be for the second time the second largest party in government, as the winner of the April national elections, Petteri Orpo of the National Coalition Party, is attempting to put together a right-wing coalition government. Finns Party has evolved less as an anti-elitist populist radical right (PRR) and more as an anti-migrant party with right-wing economic agenda. His options were to form a right-wing government with the runner-up Finns Party, and the liberal Swedish People's party and Christian Democrats or try forming a Grand Coalition with the SDP and some others. He opted for the former. Left and right are back in Finnish politics.



Session Hall of Parliament of Finland

Polarisation and populism

Ever since I returned from [polarised Hungary](#) to my native country Finland, I have been critical of the

consensus model as well as polarisation. Channelling disagreement was not easy. Governments had always to include two of the three large parties. They knew to be civilized enough to each other as they would need to be able to collaborate sooner or later. In my analysis polarisation generates two sides where consensus operates (e.g. the Left and the Right) within to contain a distrust of the other. This deep distrust is based on the idea of the other being illegitimate to rule. Consensus and polarisation are two extremities which are almost identical. Consensus hides away the debate from within, disabling political confrontation and disagreement. Polarisation provides this in a dual mode.

Emergence of new parties to the spectrum of course enables generation of deep disagreement and distrust. With Juha Herkman we call this the fringe populist dynamic in our forthcoming book on the EP2019 elections. We recognise **fringe, mainstream and competing populist dynamics**. 'Fringe' dynamic challenges all other political actors- 'Mainstream populist dynamic' takes a position from the centre negating others in the margins for its *raison d'être*. 'Competing' denotes bi-polarisation of the central political camps. The idea of calling these dynamics 'populist' is not a relation to their far-rightism but addresses the logic of political articulation at stake. To certain degree populism is an inherent part of democracy, where these dynamics operate.

Furthermore, I learned from the transformation of Fidesz from a party of youth to a national-conservative party how populist antagonism and the tendentially empty us are maintained affectively loaded. Recently I have co-authored a piece that distinguishes populism from peopleism and nationalism. With Marina Vulovic, we argue that populist logic can be recognised in many places from "populist parties" to others. The idea of recognising its 'form' highlights populism's anti-essentialist character. Instead of naming and detecting pre-defined contents, we propose that populism can be detected as a logic, where antagonism, 'us' building and affects play an important role. It enables us to observe change within the populist discourse.

Finns Party as a grown-up fringe contender

This fringe populism enabled the Finns Party, established in the mid-1990s on the foundations of the Finnish Rural Party, to emerge as a major political force in Finland. As we analysed with Liv Sunnercratz, the key difference between Scandinavian anti-taxation populist parties and the Finnish one was what they saw as the dominant hegemony: Finlandisation, implying the Soviet effects on policy in Finland (c.f. 'post-Finlandisation' and NATO membership). The Finns Party predecessor established in the 1950s moved from highlighting the antagonism towards the communists and Cold War politics as the 'frontier' concept and the Finnish refugees from Eastern Karelia as the 'us' concept to anti-migrant and nativist line. Later this paved a way to a more fluid confrontation.

The Finns Party's initial success in the 2011 elections was predicated the discrediting of other parties in 2007 elections due to minor cases of election fraud. In a volume edited with Tuija Saresma we discovered they become a legitimate contender for the established parties even breath of fresh air in politics. We also accounted for the anti-migrant expressions and hate speech circulating the party. It was able to connect with semi-rural voters, disappointed with the Centre Party historically or by the failure of protecting them from costly grey-water regulations, with the emerging anti-migrant sentiments and welfare chauvinism. Anti-elitism was a key, hyped by the discussion of failure of political parties.

Anti-elitism also became a challenge to the Finns Party in office from 2015: their ministers were criticised and particularly the anti-migration wing of the party mobilised members to the party congress who took this wing to power. The previous leadership resented this – and particularly the coalition partners did: ministers left the party forming a new parliamentary group and a party, which was rather short-lived. The anti-migrant wing is now leading the Finns Party to a new government with the National Coalition.

A populist hype took also place prior to 2023 elections through media attention. For many supporters Finns Party has been affective precisely by bringing a new way of doing politics: the parliamentary group of the Finns Party is composed of several social media influencers, just as in the 2000s blogs took forward the party leaders Timo Soini and Jussi Halla-aho. Now, a challenge for the Finns Party is to keep these new generation of politicians in their ranks. Hybrid media systems that rely on attention seeking have paved the way for populist rhetoric and the way in which politics has become part of affirming identity through identification.

What about Sanna Marin?

Surely also the globally followed Sanna Marin would be affective enough to generate an affective glue? She achieved top-ratings but no overall election victory: the SDP only came third in the race. Strategic voting did not work well enough to make SDP the largest party, even if surveys estimate 25 percentage of

their voters were voting strategically. Translation into seats generated through the regional constituencies was much worse than the overall vote nationwide.

The distinction between Sanna Marin's popular perceptions in Finland and abroad are tied to the role of young women in Finnish politics: she does not stand out in the same way in the context where all party leaders in the government were female – young or middle aged. All of them had their own pretty tough line and expression.

What was specific about Sanna Marin's politics prior to the elections was her confrontational approach. In January she declared the Finns Party racist and unfit for the same government with the SDP, adopting a populist logic of articulation. Her rhetoric, fitting for most European countries, in this predominantly consensual country was striking. SDP as one of the large parties had been ready for all coalition governments.

Bi-polarising election rhetoric to block politics?

Marin's consistent strategy of talking about "the Left" had also made the Centre party in government uncomfortable. Needing to differentiate themselves from the rest of the five parties, to the extent that they were almost like played opposition in the government, strengthening the right-wing opposition's voice. They declared that they would not step in the same government again. Admitting failure, it is not surprising that their support declined rapidly, further strengthening the National Coalition Party.

The right was boosted by a hegemonic articulation of the public debt as a problem by the Ministry of Finance. This polarised the debate. 'Debt is bad' resonates with Finnish homeowners, experiencing the rising interest rates in their personal economy. Anti-austerity rhetoric of the Social Democrats, Greens and the Left Alliance, on the other hand, relied on the idea that preventive welfare state services would be an investment for future. This did not travel as well enough for an election victory – especially as social and health services in the newly founded regional authorities did not demonstrate successful improvement in the status quo.

In May, as the PM candidate Petteri Orpo is seeking to form a coalition government of the right, the idea of confrontation is palpable. The election campaign has been polarised in the sense of that bi-polar hegemony where one side calls the other irresponsible and unfit to rule. Trust is sought within the two camps beyond the ideological or value preferences. Considering the Euroscepticism of the Finns Party and Europhilia of others this is a challenge.

Without considering the downsides of polarisation, many commentators have discussed block politics for Finland's future. This would make the centre party and the tri-partite collaboration network redundant. The Finns Party as the new force may not be able to keep their fringe populist dynamic or support in an austerity government, but will it be able to achieve mainstream populism or shift the hegemony through moving their anti-migrant discourse into the National Coalition's mainstream?

Emilia Palonen - BA (London), MA & PhD (Essex), dos. Senior University Lecturer in Political Science.
Programme Director in Datafication (HSSH), Faculty of Social Sciences, University of Helsinki
Twitter: @epalonen
email: emilia.palonen@helsinki.fi
<https://researchportal.helsinki.fi/en/persons/emilia-palonen>



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.